

## NOTA PÚBLICA

### ***Que o sopro do amor te faça tomar a decisão pela vida!***

O Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social – CENDHEC é um centro de defesa de direitos humanos que atua na proteção e na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, de moradores e moradoras de assentamentos populares urbanos e no fortalecimento de comunidades quilombolas e indígenas.

A conjuntura eleitoral alerta para o grave perigo de retrocessos no campo dos direitos civis, políticos e sociais, exigindo de todos e todas o compromisso com a manutenção e ampliação dos direitos duramente conquistados através da Constituição Federal de 1988, em particular o direito à vida, à saúde, à moradia digna, à segurança pública, dentre outros. Nesse sentido, discordamos de algumas propostas que estão articuladas às pautas da disputa eleitoral para o cargo de Presidente da República. Somos contrários:

1. Ao incentivo e autorização, por qualquer meio, que famílias tenham em seus lares armas de fogo, sobre o pretexto da “proteção”. Consideramos um risco grave a vida de crianças, adolescentes e de seus pais, assim como de seus outros familiares, vizinhos/as, dentre outras pessoas. Além disso, é repassar para indivíduos, a responsabilidade do Estado pela Segurança Pública. Tal proposta aumenta a insegurança da população, ampliando situações de mortes e acidentes por balas perdidas, com mais reações à assaltos com vítimas fatais, com a elevação dos crimes por motivo fútil, entre outras tragédias;
2. Ao estímulo a prática da justiça com as próprias mãos, deslegitimando os marcos legais consolidados nas normativas brasileiras e voltando a sociedade a viver sobre um estado de barbárie.
3. A privatização da educação ou redução de seus orçamentos com propostas absurdas de educação à distância para crianças, impedindo os processos de sociabilidade, acesso ao ensino presencial, ao ensino de qualidade, a merenda escolar, tão importante para milhares de crianças, entre outros problemas como a redução da capacidade de aprendizagem e aproveitamento escolar. Ressaltando também que o ensino à distância impossibilita que o cuidador (na maioria das vezes a mãe) possa continuar no mercado de trabalho, o que afeta diretamente a renda familiar. Além disso, transfere o dinheiro que deveria ser investido em escolas com estrutura e ensino de qualidade para os empresários da área de educação privada com a criação dos *vouchers*<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Voucher é um termo de origem inglesa que se refere à um título, recibo ou documento que comprova o pagamento e o direito a um serviço ou a um produto.



4. A privatização dos serviços de Saúde, com enfraquecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Ao contrário, defendemos o fortalecimento do SUS com mais investimentos;
5. Ao retorno dos baixos índices de investimento em moradia popular, elevando consequentemente o número de famílias sem moradia digna. Cumpre lembrar que o direito à moradia é um direito humano, portanto inalienável;
6. Ao incentivo a práticas violentas, preconceituosas e discriminatórias contra mulheres, negros/as, população LGBTI+, nordestinos, encarcerados, entre outros grupos minoritários;
7. Ao surgimento e aceitação de grupos violentos e ilegais, com práticas inspiradas no Nazismo e no Fascismo, como já visto nas últimas semanas, com mortes, espancamentos e xingamentos aos/as considerados/as diferentes;
8. Ao fim do Estatuto da Criança e do Adolescente e a redução de direitos. Ao contrário, precisamos ampliar direitos para esses sujeitos e precisamos que políticas públicas sejam de fato garantidas para esse segmento. Também discordamos veementemente da proposta de redução da maioridade penal para adolescentes à partir dos 16 anos de idade;
9. A redução de investimentos em políticas de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes e de combate a exploração do trabalho infantil, provocando o aumento de índices que no Brasil já são elevados.
10. A restrição de Direitos Trabalhistas, Previdenciários e Sociais que atingem a maioria dos brasileiros e brasileiras;
11. A redução ou extinção dos recursos de fundos públicos para as ações direcionadas as Políticas de Proteção Especial, como a prevenção e enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes, prevenção e erradicação do Trabalho Infantil, prevenção e enfrentamento a situação de rua vivida por milhares de crianças e adolescentes, entre outras;
12. A qualquer ameaça a Democracia, regime que permite o exercício da cidadania, da troca de ideias e da convivência respeitosa e inclusiva com o diferente, da livre manifestação e opinião;
13. A venda de estatais brasileiras, reduzindo a capacidade do estado e entregando o patrimônio público para benefício de grupos empresariais.



O CENDHEC se posiciona contra a candidatura que ameaça os Direitos Humanos e a Democracia, a vida de crianças e adolescentes e suas famílias, moradores e moradoras de assentamentos populares urbanos, comunidades quilombolas e indígenas, ativistas políticos e diversos outros grupos.

Apelamos para sua atenção, reflexão e posicionamento em favor da vida e dos direitos humanos, lembrando o que já nos alertava nosso eterno Dom Helder Camara.

“O que não se pode imaginar é que um cristão, que tenha consciência do que se denomina seguir Cristo, pense em eliminar outro irmão. Subjugá-lo a tortura. Diminuir-lhe os direitos”.

**Dom Helder.**

